



INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
SERGIPE

# IFS

## TECNÓLOGO EM GESTÃO PÚBLICA CLASSE: E

### CADERNO DE QUESTÕES

**LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO:**

- 1) Ao receber este caderno de provas, verifique se contém um total de 70 questões, assim distribuídas:

DISCIPLINA	QUESTÕES	DISCIPLINA	QUESTÕES
LÍNGUA PORTUGUESA	1 a 10	NOÇÕES DE LEGISLAÇÃO	16 a 25
NOÇÕES DE INFORMÁTICA	11 a 15	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	26 a 70

Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala outro caderno completo. Não serão aceitas reclamações posteriores.

- 2) Confira seus dados impressos no **CARTÃO RESPOSTA** antes de preenchê-lo, qualquer divergência informe ao fiscal de sala, imediatamente.
- 3) Cada questão consistirá de 4 (quatro) alternativas de múltipla escolha e uma única resposta correta.
- 4) Após certificar-se de que a resposta é definitiva, faça a marcação no **CARTÃO RESPOSTA**.
- 5) Marque as respostas com caneta esferográfica de tinta preta ou azul, conforme o modelo: ●
- 6) Não serão permitidas rasuras no **CARTÃO RESPOSTA**.
- 7) Não é permitida qualquer espécie de consulta. O candidato que usar de meios fraudulentos será excluído do Concurso.
- 8) Você terá **4 horas e 30 minutos** para responder a todas as questões incluindo a marcação no **CARTÃO RESPOSTA**.
- 9) A correção das provas será efetuada levando-se em conta **EXCLUSIVAMENTE** o conteúdo do **CARTÃO RESPOSTA**.
- 10) Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver todo o material da prova.
- 11) Certifique-se de que está levando todos os seus pertences.
- 12) O candidato só poderá deixar o recinto após 1h do início da prova.
- 13) O candidato só poderá sair levando seu caderno de questões faltando 1 hora para o término previsto das provas. Em nenhuma outra hipótese será entregue o caderno de questões.
- 14) Os 3 (três) últimos candidatos só poderão deixar o local de provas juntos.

ASSINATURA DO CANDIDATO: \_\_\_\_\_



## LÍNGUA PORTUGUESA

### Texto 1

Otávio das Chagas, o pescador sem rio e sem letras, não consegue chegar em casa. Desde que ele e sua família foram expulsos de sua ilha pela hidrelétrica de Belo Monte, Otávio já está na terceira casa. Mas não consegue chegar. Porque para ele aquela terceira ainda não é uma casa. Como não era a primeira nem era a segunda. Sem casa, Otávio não tem mundo. Sem mundo, um homem não tem onde pisar. Os conhecidos avisam: você já viu, seu Otávio está encolhendo. E ele está, porque é isso o que acontece com os homens sem mundo.

O que é uma casa é a pergunta que atravessa a construção da hidrelétrica de Belo Monte, no Xingu, no Estado do Pará. A pergunta que não foi feita no cadastro nem em momento algum. É a pergunta que diz quem aquela pessoa é. E onde ela precisa viver para ser o que é. Quando é o empreendedor, o novo nome do colonizador na Amazônia, que determina o que é uma casa, com base no seu mundo e nas suas referências, em geral forjadas na realidade bem diversa do centro-sul do Brasil, a violência se instala. E vidas são aniquiladas. (...)

Todas às vezes em que bati em cada uma das três portas, eles passavam fome. Tinham teto, mas passavam fome. Era oficialmente uma casa, mas passavam fome. Em todas às vezes, só havia água na geladeira. Na semana passada, havia também uma cebola pequena. Fome é algo que fracasso em descrever. A fome não se escreve. Carolina Maria de Jesus (1914-1977), a escritora brasileira que conhecia a fome, escreveu: "A fome é amarela". (...)

BRUMM, Eliane. *Casa é onde não tem fome: A história da família de ribeirinhos que, depois de expulsa por Belo Monte, nunca consegue chegar*. In: **El País**, 18 de julho de 2016. [http://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/18/opinion/1468850872\\_994522.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/18/opinion/1468850872_994522.html)

1. Segundo o texto, é possível inferir:

- a) Otávio Chagas não é exatamente um homem. Foi mais um aniquilado, logo, é um fantasma que circula pela região.
- b) A definição de casa é contraditória, pois o conceito presente no cadastro elaborado pelos responsáveis pela construção da Usina de Belo Monte destoa do conceito compreendido pelos documentos oficiais.
- c) A casa de uma família é parte da construção de sua identidade, por isso, Otávio Chagas, como sugere a autora, encontra-se sem mundo, sem perspectiva.
- d) A família de Otávio Chagas foi expulsa da ilha em que morava por conta da construção da hidrelétrica de Belo Monte, mas teve a oportunidade de refazer a vida no lugar escolhido pelo chefe da casa.

2. Ainda sobre o texto acima, todas alternativas fazem reflexões adequadas sobre suas informações, **EXCETO**:

- a) A fome é um problema que aflige uma parcela da população brasileira e esse problema já foi registrado até na literatura.
- b) A fome é um dos temas mais recorrentes na escrita jornalística. A autora, entretanto, se furta a esse tema, pois

desconhece as causas e não tem como avaliar os efeitos desse problema.

- c) Ao retirarem os ribeirinhos da região de Belo Monte e os levarem para outra localidade, desconsideraram se nesse novo lugar eles teriam condições de sobrevivência.
- d) A escritora Carolina Maria de Jesus ao atribuir à fome um status de "amarela" sugere, tal como Eliane Brumm, que a fome provoca uma situação de desespero, uma situação em que se pode perder a dignidade de ser humano.

3. Sobre a modalidade textual, o excerto de "Casa é onde não tem fome" classifica-se como:

- a) Uma prosa literária marcada fortemente por descrições e argumentos.
- b) Uma prosa jornalística marcada por narração e opiniões da autora.
- c) Uma prosa dissertativa em que se vê apenas a argumentação.
- d) Uma prosa poética em que se constrói a intertextualidade com Carolina de Jesus.

4. "Otávio já está na terceira casa". O verbo sublinhado classifica-se quanto à transitividade como:

- a) Verbo de ligação.
- b) Transitivo direto.
- c) Transitivo indireto.
- d) Intransitivo.

5. "O que é uma casa é a pergunta que atravessa a construção **da hidrelétrica** de Belo Monte". A expressão em destaque é um:

- a) Adjunto adnominal.
- b) Complemento nominal.
- c) Aposto.
- d) Predicativo do sujeito.

### Texto 2

Eu quero ficar perto de tudo que acho certo  
Até o dia em que eu mudar de opinião  
A minha experiência meu pacto com a ciência  
Meu conhecimento é minha distração

Coisas que eu sei  
Eu adivinho sem ninguém ter me contado  
Coisas que eu sei  
O meu rádio relógio mostra o tempo errado, aperte o play

Eu gosto do meu quarto do meu desarrumado  
Ninguém sabe mexer na minha confusão  
É o meu ponto de vista, não aceito turistas  
Meu mundo tá fechado pra visitação

Coisas que eu sei  
O medo mora perto das ideias loucas  
Coisas que eu sei  
Se eu for eu vou assim não vou trocar de roupa  
É minha lei

Eu corto os meus dobrados acerto os meus pecados  
Ninguém pergunta mais depois que eu já paguei  
Eu vejo o filme em pausas, eu imagino casas  
Depois eu já nem lembro do que eu desenhei

(*Coisas que eu sei* – Dudu Falcão)

6. “eu vejo o filme em pausas, eu imagino casas”. Se substituímos o verbo ver pelo verbo assistir, ocorrerá:

- a) A mesma regência verbal, pois ambos são transitivos diretos.
- b) Diferente regência, pois ver é verbo transitivo indireto e assistir é transitivo direto.
- c) A mesma regência verbal, porém, significados diferentes: ver é simplesmente assistir, mas assistir é mais do que ver, é cuidar de, é responsabilizar-se por.
- d) Diferente regência e igual significado.

7. Quanto à linguagem empregada na canção, assinale a assertiva **CORRETA**:

- a) É um texto culto, obedece às normas gramaticais.
- b) É um texto inculto, desobedece às normas gramaticais, o que denota ignorância linguística do compositor.
- c) É um poema contemporâneo, logo, o autor desfrutou da possibilidade de expressar-se livremente.
- d) É um poema, mas é perceptível o gosto do compositor pela formalidade linguística e pelo rigor da escrita.

8. “Meu conhecimento é minha distração”. O termo destacado possui o mesmo valor sintático que o termo destacado da frase contida na alternativa:

- a) “acerto os meus pecados”.
- b) “Até o dia em que eu mudar de opinião”.
- c) “A fome é amarela”.
- d) “Fome é algo que fracasso em descrever”.

9. No verso “Eu adivinho sem ninguém ter me contado” há:

- a) Um pronome pessoal do caso reto, um pronome indefinido e um pronome pessoal do caso oblíquo.
- b) Dois verbos, três pronomes e uma conjunção.
- c) Três pronomes: pessoal do caso reto, do caso oblíquo e relativo.
- d) Três verbos, apenas dois pronomes e uma preposição.

10. A partir da leitura do poema, pode-se compreender que:

- a) O eu lírico defende a necessidade de manter-se solitário a fim de conquistar a felicidade pessoal, isto é, transcendental.
- b) O eu lírico expressa o desejo de que o sujeito deve se adaptar aos novos lugares, às novas ideias.
- c) O eu lírico está transtornado, mergulhado numa confusão sem saída, possivelmente, uma crise existencial.
- d) O eu lírico deseja manter-se de certa forma reservado e parece não gostar de ser incomodado.

### **NOÇÕES DE INFORMÁTICA**

11. Para as instituições modernas, as ferramentas tradicionais de comunicação interna podem não ser suficientes. Uma organização gera tantos dados diariamente que um mural e uma intranet podem não suportá-los. E, em uma sociedade altamente conectada, é fundamental estar bem informado. Com a evolução da internet e a forte adesão das corporações à Web, algumas soluções têm se destacado por sua praticidade e alta conectividade – entre elas, as redes sociais corporativas.

<http://www.culturacolaborativa.com/rede-social-corporativa>

- I. Enquetes podem ser utilizadas para medir a aceitação de uma nova funcionalidade ou característica de um produto, por exemplo.
- II. Integrar escritórios em diferentes cidades e países.
- III. Reduzir a necessidade de reuniões presenciais.
- IV. Diminuir o volume de e-mails circulares e a congestão das redes.
- V. Facilitar a vida de quem precisa trabalhar de casa.

Sabemos que existem vários benefícios na rede social corporativa, dentre os citados, marque o item que o(s) identifica:

- a) Todas as afirmativas são verdadeiras.
- b) As afirmativas I, III e IV são verdadeiras.
- c) As afirmativas I, II, III e IV são verdadeiras.
- d) As afirmativas III e V são falsas.

12. O modelo de armazenamento em nuvem possui vantagens diante dos robustos servidores empresariais. A economia de recursos, *softwares*, *hardwares* e em alguns casos profissionais – dependendo do modelo escolhido – são atrativos ao serviço. Além disso, há a vantagem do acesso em qualquer local ou plataforma independente do sistema operacional ou das licenças de programas. Todas as afirmações são verdadeiras, **EXCETO**:

- a) A nuvem privada simplifica a administração de desktops, controla os aplicativos acessados, reduz os custos com taxas de licenciamentos desnecessárias, entre outras vantagens.
- b) A nuvem pública é executada por terceiros e sua infraestrutura pertence a um provedor externo que armazena e mantém seus dados.
- c) A nuvem híbrida ou comunidade é uma combinação de nuvem pública e privada.
- d) Existem modelos específicos a serem implantados nos ambientes, conforme a necessidade e o tipo de aplicação de cada organização.

13. O Windows 10 ganhou muitas novidades que foram apresentadas aos consumidores e a imprensa detalhou algumas delas, dentre as inovações do Windows 10 dispostas abaixo, indique qual delas **não** diz respeito a este Sistema Operacional.

- a) Plataforma unificada, softwares produzidos para um tipo de aparelho poderão ser facilmente importado para outros, tendo ainda mais facilidade na atualização e na distribuição.
- b) No Windows 10 torna-se presente o recurso de múltiplos desktops, algo já presente em outros SOs há algum tempo.
- c) Todas as tarefas em execução nos computadores poderão ser acessadas de um novo método chamado “TaskView”.
- d) Quando existem atualizações do sistema, além de serem grátis e rápidas para acontecer, o sistema não pede que você reinicie o computador a toda a hora para completar a atualização.

14. Sobre a nova versão do Microsoft Office **não** podemos afirmar:

- a) O Office 2016 traz versão para Mac.
- b) Um recurso no Excel 2016 é a criação de planilhas para prever tendência de dados, acompanhando as informações dadas ao Excel.
- c) O pacote Office tem integração com o OneDrive.
- d) Lançamento do recurso Power Query.

15. A tecnologia avançada na área de hardware possibilita um avanço desenfreado nos processadores, o que faz o usuário ficar cada vez mais perdido em meio a tantas opções e novidades. Marque a afirmativa **INCORRETA**:

- a) As arquiteturas Kaby Lake, da Intel, representará a sétima geração dos processadores Core i.
- b) A nova arquitetura da AMD, chamada Zen, promete levantar a empresa.
- c) O processador de seis núcleos da AMD, fruto da arquitetura Piledriver, equivalerá ao Core i7 da Intel.
- d) A arquitetura Broadwell-E, novo Core i7 da Intel, é o primeiro com 10 núcleos voltado para gamers.

### **NOÇÕES DE LEGISLAÇÃO**

16. Nos termos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, responda qual das seguintes alternativas não representa um dos requisitos básicos para investidura em cargo público:

- a) Estar em gozo dos direitos políticos.
- b) Ter o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo.
- c) Ser brasileiro nato.
- d) Estar quite com as obrigações militares e eleitorais.

17. De acordo com o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, são formas de provimento de cargo público, **EXCETO**:

- a) Aproveitamento.
- b) Transferência.
- c) Reversão.
- d) Recondução.

18. Com relação à posse e ao exercício de cargo público civil da União, é **CORRETO** afirmar que:

- a) Durante o estágio probatório, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo terá avaliada a sua aptidão e capacidade para o desempenho do cargo, observadas, dentre outros fatores, a sua responsabilidade, a sua produtividade e a sua capacidade de iniciativa.
- b) A posse ocorrerá no prazo de quinze dias contados da publicação do ato de provimento.
- c) Durante o estágio probatório é vedado o afastamento para participar de curso de formação decorrente de aprovação em concurso para outro cargo na Administração Pública Federal.
- d) A posse em cargo público dispensa prévia inspeção médica oficial, a qual poderá ser realizada durante o estágio probatório.

19. Quanto à reintegração, prevista na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, é **CORRETO** afirmar que:

- a) é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo.
- b) encontrando-se provido o cargo a ser ocupado pelo servidor reintegrado, o seu eventual ocupante será reconduzido ao cargo de origem, com direito à indenização, sendo vedada a colocação em disponibilidade.
- c) o retorno à atividade de servidor far-se-á mediante aproveitamento em cargo de atribuições compatíveis com o

anteriormente ocupado, independentemente da compatibilidade de seus vencimentos.

- d) na hipótese de o cargo ter sido extinto, o servidor ficará em disponibilidade, podendo posteriormente ser aproveitado em vaga que vier a ocorrer nos órgãos ou entidades da Administração Pública Federal.

20. Com relação às gratificações e adicionais previstos no estatuto dos servidores públicos civis da União, pode-se afirmar que:

- a) A gratificação natalina corresponde a 1/12 (um doze avos) da remuneração a que o servidor fizer jus no mês de dezembro, por mês de exercício no respectivo ano, sendo que qualquer fração em dias será considerada como mês integral.
- b) A Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso é devida ao servidor que, em caráter eventual, atuar como instrutor em curso de formação, de desenvolvimento ou de treinamento regularmente instituído no âmbito da administração pública federal.
- c) Os servidores que trabalhem com habitualidade em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas ou com risco de vida, fazem jus a adicional sobre o vencimento do cargo efetivo, pode-se cumular os adicionais de insalubridade e de periculosidade nestas circunstâncias.
- d) O serviço noturno, prestado em horário compreendido entre 22 (vinte e duas) horas de um dia e 5 (cinco) horas do dia seguinte, terá o valor-hora acrescido de 20% (vinte por cento), computando-se cada hora como cinquenta e dois minutos e trinta segundos.

21. De acordo com os conceitos expressos na Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, é **INCORRETO** dizer que:

- a) padrão de vencimento é a posição do servidor na escala de vencimento da carreira em função do nível de capacitação, cargo e nível de classificação.
- b) nível de classificação é o conjunto de princípios, diretrizes e normas que regulam o desenvolvimento profissional dos servidores titulares de cargos que integram determinada carreira, constituindo-se em instrumento de gestão do órgão ou entidade.
- c) cargo é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que são cometidas a um servidor.
- d) nível de capacitação é a posição do servidor na Matriz Hierárquica dos Padrões de Vencimento em decorrência da capacitação profissional para o exercício das atividades do cargo ocupado, realizada após o ingresso.

22. Sobre a organização do quadro de pessoal na Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, pode-se dizer que:

- a) a gestão dos cargos do Plano de Carreira observará sempre o reconhecimento do saber formalmente instituído, por meio de diplomas e certificações, e não apenas resultante da atuação profissional na dinâmica de ensino, de pesquisa e de extensão.
- b) a avaliação do desempenho funcional dos servidores, como processo pedagógico, deve ser realizada mediante critérios subjetivos e decorrentes das metas estabelecidas pelo seu superior imediato, referenciada nas expectativas da chefia e dos usuários.

- c) caberá ao Ministério da Educação avaliar anualmente a adequação do quadro de pessoal da Instituição Federal de Ensino às suas necessidades, propondo à Presidência da República, se for o caso, o seu redimensionamento.
- d) deve ser oportunizado o acesso às atividades de direção, assessoramento, chefia, coordenação e assistência, respeitadas as normas específicas.

23. Sobre o ingresso no cargo e as formas de desenvolvimento na carreira, de acordo com a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, é **INCORRETO** afirmar que:

- a) O desenvolvimento do servidor na carreira dar-se-á pela mudança de nível de capacitação e de padrão de vencimento mediante, respectivamente, Progressão por Capacitação Profissional ou Progressão por Mérito Profissional, ou por outras formas de progressão que venham a ser implementadas pela Instituição Federal de Ensino em que se encontrar lotado.
- b) O servidor que fizer jus à Progressão por Capacitação Profissional será posicionado no nível de capacitação subsequente, no mesmo nível de classificação, em padrão de vencimento na mesma posição relativa a que ocupava anteriormente, mantida a distância entre o padrão que ocupava e o padrão inicial do novo nível de capacitação.
- c) A mudança de nível de capacitação e de padrão de vencimento não acarretará mudança de nível de classificação.
- d) O Incentivo à Qualificação somente integrará os proventos de aposentadorias e as pensões quando os certificados considerados para a sua concessão tiverem sido obtidos até a data em que se deu a aposentadoria ou a instituição da pensão.

24. Constituem objetivos dos Institutos Federais, previstos na Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, as seguintes assertivas, **EXCETO**:

- a) ministrar em nível de educação superior cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.
- b) ministrar em nível de educação superior cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia.
- c) ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, independentemente das áreas do conhecimento.
- d) ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos.

25. De acordo com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, é **INCORRETO** afirmar que:

- a) É vedado ao servidor público facilitar a fiscalização de todos atos ou serviços por quem de direito.
- b) É dever fundamental de o servidor público comunicar imediatamente a seus superiores todo e qualquer ato ou fato

contrário ao interesse público, exigindo as providências cabíveis.

- c) Constitui-se vedação ao servidor público deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister.
- d) É dever de o servidor público participar dos movimentos e estudos que se relacionem com a melhoria do exercício de suas funções, tendo por escopo a realização do bem comum.

### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

26. As funções da administração se referem às atividades essenciais que devem ser desempenhadas em todo processo administrativo, apresentando algumas evoluções ao longo do tempo. A abordagem seminal sobre o tema considera, especificamente, quatro funções básicas da administração, que correspondem os seguintes elementos:

- a) Planejamento, organização, direção e controle.
- b) Planejamento, execução, verificação e correção.
- c) Planejamento, organização, liderança e avaliação.
- d) Planejamento, organização, avaliação e correção.

27. Os estudos de Robert Katz (1955) fornecem à Administração um conjunto de habilidades que os gestores precisam desenvolver para o bom desempenho de seu papel na organização. Na visão do autor, a habilidade gerencial que assume maior importância à medida que um gestor atinge níveis hierárquicos mais elevados, em razão de proporcionar uma melhor compreensão sobre a complexidade total da organização, corresponde às:

- a) Habilidades técnicas.
- b) Habilidades humanas.
- c) Habilidades conceituais.
- d) Habilidades psicológicas.

28. Gareth Morgan (1998) apresenta em seus estudos uma nova interpretação sobre as teorias da administração, recorrendo ao uso de diferentes metáforas. Uma destas metáforas estabelece que as organizações são planejadas e operadas como se fossem máquinas, o que representa uma visão em desacordo com a seguinte teoria da Administração:

- a) Teoria Clássica.
- b) Teoria das Relações Humanas.
- c) Teoria da Burocracia.
- d) Teoria Científica.

29. Quando uma situação de conflito atinge o nível do impasse, algumas técnicas podem ser empregadas na tentativa de resolver o problema. A técnica que busca solucionar questões de interesse das partes envolvidas, as quais atribuem a uma terceira pessoa, por meio de delegação expressa, o poder de decidir sobre um determinado objeto de conflito é denominada:

- a) Mediação.
- b) Conciliação.
- c) Negociação.
- d) Arbitragem.

30. A Abordagem Clássica da Administração tem como principais autores Frederick Taylor (1856-1915), que desenvolveu a “Administração Científica”; e Henri Fayol (1841-1925), que elaborou a “Teoria Clássica”. Os estudos concebidos por esses dois teóricos trouxeram contribuições diretas e indiretas para a análise da estrutura organizacional nas empresas, dentre as quais **NÃO** se pode considerar:

- a) A consolidação das atividades do processo administrativo.
- b) A estruturação em redes de relacionamentos interpessoais.
- c) A análise da centralização e descentralização de tarefas.
- d) A divisão do trabalho entre as áreas da empresa.

31. A departamentalização é um importante componente da estrutura organizacional das empresas, na qual as atividades homogêneas e correlatas são agrupadas em unidades, com base em um conjunto de critérios específicos. O tipo de departamentalização que desconsidera o princípio clássico de unidade de comando preconizado por Henri Fayol é:

- a) Departamentalização funcional.
- b) Departamentalização por quantidade.
- c) Departamentalização matricial.
- d) Departamentalização por clientes.

32. O planejamento estratégico consiste em estabelecer um conjunto de providências com vistas a conduzir a tomada de decisão relativa aos objetivos que a organização deseja alcançar. Na fase de diagnóstico estratégico, o componente que considera as variáveis externas e não controláveis, que podem ocasionar condições desfavoráveis para a empresa, é conhecido como:

- a) Oportunidades.
- b) Ameaças.
- c) Fraquezas.
- d) Forças.

33. A administração estratégica contempla variados tipos de planejamento, que se diferenciam em função de sua abrangência, prazos, riscos, dentre outras variáveis. No contexto da administração pública, as peculiaridades e a posição hierárquica do Plano Plurianual (PPA) o caracterizam como um instrumento referente ao tipo de planejamento:

- a) Estratégico.
- b) Tático.
- c) Operacional.
- d) Funcional.

34. Um dos grandes desafios para a gestão da qualidade no serviço público é a construção de indicadores que possibilitem a adequada mensuração dos resultados. Nesse sentido, há diferentes tipos de ferramenta da qualidade que podem ser empregados para auxiliar no controle e melhoria contínua dos processos, dentre as quais **NÃO** se pode considerar:

- a) Fluxograma.
- b) Folhas de verificação.
- c) Diagrama de dispersão.
- d) Matriz BCG.

35. O Modelo de Excelência da Gestão Pública é a representação de um sistema constituído de oito partes integradas e interatuantes, que orientam a adoção de práticas de excelência em gestão, com a finalidade de conduzir as organizações públicas brasileiras a padrões elevados de desempenho e qualidade em gestão. Assinale a assertiva que contém apenas as dimensões do modelo supracitado:

- a) Governança, estratégia e planos, público-alvo, interesse público e cidadania, informação e conhecimento, pessoas, processos e resultados.
- b) Governança, estratégia e planos, público-alvo, sociedade, informação e conhecimento, pessoas, processos e resultados.
- c) Governança, estratégia e planos, investidores, sociedade, informação e conhecimento, pessoas, processos e resultados.
- d) Governança, estratégia e planos, investidores, interesse público e cidadania, informação e conhecimento, pessoas, processos e resultados.

36. Sobre a gestão de projetos, julgue as assertivas a seguir:

- I. Um projeto é um conjunto de atividades que tem um ponto inicial e um estado final definidos, que persegue uma meta específica e tem uma dotação de recursos.
- II. São elementos que sintetizam o processo de planejamento e controle dos projetos: a compreensão do ambiente de projetos, a definição do projeto, o planejamento do projeto e a execução da técnica e controle do projeto.
- III. O escopo de um projeto descreve seu conteúdo de trabalho, seus produtos e os resultados esperados.

A alternativa **CORRETA** é:

- a) Somente as alternativas I e III estão corretas.
- b) Somente as alternativas I e II estão corretas.
- c) Somente as alternativas II e III estão corretas.
- d) Todas alternativas estão corretas.

37. O Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado apresenta uma tríade de dimensões interrelacionadas, sobre as quais a administração pública dedicou os seus esforços neste trabalho. A dimensão que **NÃO** faz parte do escopo desta reforma é:

- a) Dimensão cultural.
- b) Dimensão da gestão.
- c) Dimensão científica.
- d) Dimensão institucional-legal.

38. A administração pública brasileira é marcada por sucessivos processos de reforma nas estruturas de funcionamento do Aparelho do Estado, assumindo maior relevância com a institucionalização da Lei da Reforma do Estado Brasileiro, na década de 90. A partir desta compreensão, julgue as assertivas a respeito dos três modelos de administração inerentes a esta trajetória, assinalando (V) para verdadeiro e (F) para falso:

( ) A administração patrimonialista é caracterizada pela indefinição entre o que é público e privado, apresentando traços de autoritarismo que se distanciavam dos ideais da democracia.

( ) A administração gerencial tem em seu arcabouço os aspectos de formalismo, profissionalização e hierarquia, além de um rigoroso controle de procedimentos.

( ) A administração burocrática buscou a promoção da melhoria e simplificação dos processos administrativos, com o objetivo de imprimir maior dinamismo às operações.

( ) A administração gerencial tem como característica a ascensão e descendência profissional e distribuição de empregos de acordo com a lógica de interesses políticos.

( ) A administração burocrática busca assegurar a responsabilização dos agentes públicos por meio da administração por objetivos.

( ) A administração patrimonialista é caracterizada pela forte presença de ineficiência, improviso, ausência de métodos de trabalho e falhas de planejamento.

Assinale a alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo.

- a) V - F - F - F - F - V
- b) V - V - V - F - V - V
- c) V - F - V - F - V - F
- d) F - F - F - V - F - V

39. A Administração Societal é uma vertente da modernização da administração pública, que emergiu dos movimentos de mobilização brasileiro. Os pressupostos deste modelo giram em torno de um novo referencial sobre as relações estabelecidas pelo Estado, sendo **INCORRETO** considerar o seguinte aspecto:

- a) Abertura das instituições políticas à participação popular.
- b) Incorporação de preceitos mercadológicos às reivindicações sociais.
- c) Elaboração de experiências de gestão baseadas nas demandas do público-alvo.
- d) Concepção participativa e deliberativa da democracia.

40. Leia atentamente as afirmativas sobre governabilidade e governança e, posteriormente, assinale (V) para as verdadeiras e (F) para as falsas.

( ) A governança qualifica a forma de uso da autoridade do Estado, objetivando reafirmar a relação de legitimidade de seu governo perante a sociedade.

( ) A governabilidade se refere às condições sistêmicas gerais, por meio das quais o poder é exercido em uma dada sociedade.

( ) A governabilidade decorre da capacidade financeira e administrativa de um governo, envolvendo a ação estatal de implantação de políticas e na consecução de objetivos e metas.

( ) A governança pode ser entendida como a forma com que os recursos econômicos e sociais de um país são gerenciados, legitimando a capacidade do governo em representar os interesses de suas próprias instituições.

( ) Na governança uma parcela da legitimidade advém do processo como ela se concretiza, envolvendo diferentes grupos de interesse na elaboração e implementação de uma política pública.

Assinale a alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo.

- a) V - V - F - V - V
- b) V - F - V - F - F
- c) F - V - F - F - V
- d) F - F - V - V - F

41. A *accountability* tem sido amplamente debatida na administração pública, entretanto observa-se uma profusão de empregos inadequados do termo, que resvalam nas tentativas de associá-lo a fatos do cotidiano da administração pública que não estarão diretamente relacionados ao tema. Assim, o aspecto que está em dissonância com a concepção de *accountability* é:

- a) A avaliação e interpretação dos resultados econômicos e a análise das variações ocorridas no patrimônio público.
- b) O provimento das formas de acompanhamento e controle do uso dos recursos públicos através de instrumentos acessíveis à sociedade.
- c) O desenvolvimento de mecanismos para que o poder seja exercido unicamente em favor da coisa pública, com a devida responsabilização dos agentes pelos atos praticados.
- d) O exercício da visibilidade e da transparência por meio da realização de prestação de contas pelo poder público.

42. Considerando que a *accountability* deve observar o contexto administrativo no qual as suas práticas estão inseridas, julgue as assertivas a seguir acerca de suas características nos diferentes modelos de administração pública.

- I. No modelo da Antiga Administração Pública a *accountability* se expressa no compromisso dos administradores públicos em relação aos políticos eleitos que, por seu turno, se responsabilizam pelas decisões políticas.
- II. No modelo do Novo Serviço Público a *accountability* se baseia em padrões de desempenho, nos resultados esperados e na discricionariedade do administrador público.
- III. No modelo da Nova Gestão Pública a *accountability* se caracteriza por incorporar posicionamentos multivariados, que englobam elementos como as leis, a comunidade, as normas políticas e os interesses dos cidadãos.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Somente as alternativas I e III estão corretas.
- b) Somente as alternativas II e III estão corretas.
- c) Somente a alternativa I está correta.
- d) Somente a alternativa II está correta.

43. Sobre o afastamento para exercício de mandato eletivo, previsto no artigo 94 da Lei nº 8.112/90, julgue as assertivas a seguir:

- I. O servidor investido em mandato no âmbito federal, estadual, distrital ou municipal ficará afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar por sua remuneração.
- II. Havendo compatibilidade de horário, o servidor investido no cargo de vereador poderá perceber as vantagens do seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
- III. O servidor afastado do cargo contribuirá para a Previdência Social como se estivesse em exercício.



A alternativa **CORRETA** é:

- a) As alternativas I e III estão corretas.
- b) As alternativas II e III estão corretas.
- c) Somente a alternativa I está correta.
- d) Somente a alternativa II está correta.

44. A forma de provimento de cargo público constante da Lei nº 8.112/90, que corresponde ao regresso do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado, decorrendo de inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo ocupado ou de reintegração do ocupante anterior do cargo é denominada:

- a) Readaptação.
- b) Recondição.
- c) Remoção.
- d) Reversão.

45. A gratificação por encargo de curso ou concurso, disciplinada pelo artigo 76-A da Lei nº 8.112/90, equivale à remuneração devida ao servidor público em razão de desempenho de atividades relacionadas à instrutoria, concursos, cursos e treinamentos. São situações passíveis de pagamento deste tipo de gratificação, **EXCETO**:

- a) Atuação como instrutor em curso de formação, de desenvolvimento ou de treinamento regularmente instituído no âmbito da administração pública federal.
- b) Participação de banca examinadora ou de comissão para exames orais, para análise curricular, para correção de provas discursivas, para elaboração de questões de provas ou para julgamento de recursos intentados por candidatos.
- c) Participação na logística de preparação e de realização de concurso público envolvendo atividades de planejamento, coordenação, supervisão, execução e avaliação de resultado, quando tais atividades não estiverem incluídas entre as suas atribuições permanentes.
- d) Atuação como auditor, fiscal, supervisor ou avaliador de processos ou procedimentos relativos a provas de exame vestibular ou de concurso público.

46. De acordo com o Decreto nº 5.707/06, que institui a política e as diretrizes para o desenvolvimento de pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, são considerados instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal, **EXCETO**:

- a) O plano de carreira dos cargos públicos.
- b) O sistema de gestão por competências.
- c) O plano anual de capacitação.
- d) O relatório de execução do plano de capacitação.

47. O orçamento público é um importante instrumento de gestão governamental, pautado em um conjunto de princípios que visam à transparência, controle e avaliação dos recursos públicos. O princípio que busca garantir que o sistema orçamentário esteja em sintonia com o planejamento e a programação do poder público, garantindo a sua autorização expressa por parte do Legislativo é o:

- a) Princípio do equilíbrio.
- b) Princípio do reserva legal.

- c) Princípio da legalidade.
- d) Princípio do orçamento público.

48. O princípio da universalidade declara que o orçamento público deve conter todas as receitas e despesas do Estado. Entretanto, a Lei nº 4.320/64 admite exceções que dispensam a inclusão de determinados elementos no orçamento público, **EXCETO**:

- a) Operações de crédito por antecipação de receita.
- b) Operações de crédito autorizadas em lei.
- c) Outras entradas compensatórias no ativo e no passivo financeiros.
- d) Emissão de papel-moeda.

49. Em consonância com a evolução da sociedade, o orçamento público sofreu transformações significativas ao longo dos anos, de forma a se adaptar às novas funções que lhe foram incorporadas. O Orçamento Base Zero é um dos exemplos de modelo adotado como resposta a esta tendência, sobre o qual é **CORRETO** afirmar:

- a) A prioridade recai sobre o atendimento das necessidades de custeio já existentes, realizando investimentos apenas nos casos de *superávit* orçamentário.
- b) A elaboração do orçamento é feita a partir do planejamento de objetivos e metas, vinculando os recursos financeiros ao que se pretende realizar.
- c) O planejamento é realizado com base em prioridades, que são classificadas por ordem de importância, mediante a ponderação de custos e benefício em determinados pacotes de decisão.
- d) Os recursos financeiros são dispostos a fim de atender a um programa de trabalho específico e, a partir disto, são distribuídos os recursos financeiros para cada unidade orçamentária.

50. O Plano Plurianual (PPA), previsto no artigo 165 da Constituição Federal, é considerado um dos principais instrumentos de planejamento utilizado na gestão pública, abrangendo os objetivos e metas que serão trabalhados em um determinado mandato. Sobre o PPA é **INCORRETO** afirmar:

- a) Caberá ao governante executar, em seu primeiro ano de mandato, os objetivos, metas e diretrizes estipulados no PPA anterior.
- b) O PPA tem como princípio a identificação dos órgãos gestores dos programas e unidades orçamentárias responsáveis pelas ações governamentais.
- c) Durante a elaboração do PPA não são discriminados os valores dos recursos financeiros que se pretende arrecadar ou desembolsar.
- d) O PPA será convertido em lei, cuja validade será concomitante à aprovação do plano.

51. Sobre as atividades relacionadas ao Plano Plurianual (PPA) no âmbito federal, julgue as assertivas a seguir:

- I. É de competência do Poder Executivo a elaboração da proposta orçamentária durante os doze primeiros meses de início do mandato.

- II. Cabem ao Poder Legislativo a aprovação e a sanção da proposta orçamentária, efetuando os ajustes e as emendas que julgar pertinente.
- III. O Plano Plurianual subsidia a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA).

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) As alternativas I e II estão corretas.  
b) As alternativas II e III estão corretas.  
c) As alternativas I e III estão corretas.  
d) Somente a alternativa III está correta.

52. Em atendimentos às determinações expressas na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) teve sua composição acrescida de dois anexos, que objetivam fornecer um melhor controle da execução orçamentária. O Anexo de Metas Fiscais da LDO, disposto no § 1º do artigo 4º da Lei Complementar nº 101/00, contém um rol de exigências, dentre as quais é **INCORRETO** considerar:

- a) A avaliação sobre os passivos contingentes e outros riscos fiscais capazes de afetar as contas públicas e as providências a serem tomadas.  
b) A avaliação da situação financeira e atuarial do regime geral de previdência social, do regime próprio dos servidores públicos, do fundo de amparo ao trabalhador e demais fundos públicos e programas estatais de natureza atuarial.  
c) O demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.  
d) A evolução do patrimônio líquido, incluindo também os últimos três exercícios, evidenciando a origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos.

53. A Lei Orçamentária Anual (LOA) é uma subdivisão do orçamento público cuja atribuição principal recai sobre a efetivação e execução das diretrizes constantes do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentária. Sobre os três tipos de orçamento que integram a LOA, julgue as assertivas a seguir:

- I. O orçamento da seguridade social considera todos os órgãos e entidades a ela vinculados, da administração direta e indireta, inclusive os fundos de fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
- II. O orçamento de investimento das empresas contempla as receitas e despesas operacionais das entidades nas quais o Estado detém a maioria do capital social sem direito a voto, as empresas em que o governo mantém controle acionário e as empresas públicas.
- III. O orçamento fiscal engloba os três poderes públicos, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, bem como fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, compreendendo a manutenção das atividades vitais do governo, os novos investimentos e as ações que objetivem a implementação de políticas públicas.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) As alternativas I e II estão corretas.  
b) As alternativas II e III estão corretas.  
c) As alternativas I e III estão corretas.  
d) Somente a alternativa III está correta.

54. As receitas públicas foram tradicionalmente divididas com base na sua natureza, enfatizando o aspecto de origem deste recurso. O tipo de receita criado, especificamente, para discriminar a modalidade de aplicação "91 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social" - é denominada:

- a) Receita Orçamentária.  
b) Receita Intraorçamentária.  
c) Receita Extraorçamentária.  
d) Receita de Capital.

55. As receitas correntes formam uma categoria econômica da receita orçamentária, gerada em decorrência das atividades inerentes ao Estado. Assinale a alternativa que contém apenas exemplos de receitas correntes:

- a) Receita tributária, operações de crédito, receita industrial, receita agropecuária, transferências correntes.  
b) Transferência de capital, receita patrimonial, receita tributária, receita agropecuária, receita de serviços.  
c) Transferências correntes, receita de serviços, receita tributária, receita patrimonial, receita de contribuições.  
d) Receita de serviços, receita tributária, receita patrimonial, alienação de bens, receita industrial.

56. A despesa pública corresponde às saídas de recursos dos cofres públicos efetuado a qualquer título pelos agentes pagadores, obedecendo ao cumprimento de determinadas fases. A liquidação é uma importante etapa da despesa orçamentária, que pode ser caracterizada como:

- a) A criação da obrigatoriedade do pagamento pendente, reconhecendo-se o dever de concretizar a despesa orçamentária.  
b) A verificação do direito adquirido pelo credor a partir de documentos que comprovam os créditos devidos, observando-se a entrega das obrigações acordadas.  
c) A entrega ou transferência de recursos às instituições financeiras, para fins de quitação da despesa orçamentária.  
d) A emissão de despacho pela autoridade competente, com determinação expressa para que a despesa seja paga por meio de ordem bancária.

57. O ciclo orçamentário é um processo contínuo, que considera o período de tempo em que se processam as atividades típicas do orçamento público, compreendendo desde o início do planejamento até a prestação de contas propriamente dita. Sobre a fase que corresponde ao estudo e aprovação pelo Congresso Nacional, julgue as assertivas a seguir:

- I. O Plano Plurianual (PPA) deve ser analisado e aprovado até o dia 31 de agosto do primeiro ano de mandato presidencial.  
II. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deve ser votada e aprovada até 17 de julho do ano de recebimento da proposta.  
III. A Lei Orçamentária Anual (LOA) deve ser discutida e votada até o dia 22 de dezembro do ano correspondente.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) As alternativas I e II estão corretas.  
b) As alternativas II e III estão corretas.  
c) As alternativas I e III estão corretas.

d) Somente a alternativa III está correta.

58. Um campus do Instituto Federal está elaborando um processo de licitação para a construção de um laboratório de ensino de Física, cuja previsão orçamentária gira em torno de R\$ 350.000,00. A modalidade de licitação que deve ser utilizada para esta finalidade é:

- a) Leilão.
- b) Convite.
- c) Concorrência.
- d) Tomada de preços.

59. O pregão é uma modalidade de licitação, instituída pela Lei nº 10.520/02, que poderá ser empregada para a aquisição de bens e serviços comuns, permitindo-se que a sua realização ocorra através de recursos de tecnologia da informação. O tipo de licitação que deverá ser adotado nos casos de pregão é:

- a) Menor preço.
- b) Melhor técnica.
- c) Técnica e preço.
- d) Maior lance ou oferta.

60. A habilitação é um dos atos que compõem a fase externa do procedimento licitatório e contempla um conjunto de requisitos previstos no artigo 27 da Lei nº 8.666/93, a fim de verificar se o licitante tem ou não condições de executar o objeto licitado. O comprovante que **não** faz parte da relação de documentos que atestam a regularidade fiscal e trabalhista é:

- a) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- b) Prova de regularidade para com a fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.
- c) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- d) Prova de inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

61. A Lei nº 8.666/93, em seus artigos 24 e 25, institui os casos em que a Administração Pública poderá realizar a contratação diretamente, sob a exigência de um procedimento administrativo que formalize as razões pela contratação direta. Assinale a alternativa que contém apenas exemplos de situações relativas à dispensa de licitação:

- a) Contratação de remanescentes, contratação de profissionais do setor artístico; contratação de fornecedor exclusivo;
- b) Contratação de serviços de natureza técnica singular; contratação de profissionais do setor artístico; licitação deserta.
- c) Casos de emergência ou calamidade pública; contratação de remanescentes; contratação de instituições sem fins lucrativos.

d) Contratação de instituições sem fins lucrativos; casos de emergência ou calamidade pública; contratação de serviços técnicos de natureza singular.

62. A Lei de Licitações assegura o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos por meio de instrumentos que visam preservar os direitos dos contratantes. A partir desta compreensão, julgue as assertivas a seguir:

- I. A “revisão” busca restaurar a isonomia entre as partes e é utilizada para atualizar o valor do contrato, sem necessidade de previsão e periodicidades formalizadas em edital.
- II. O “reajuste” corresponde à recomposição financeira dos contratos de prestação de serviços executados de forma contínua, objetivando sua adequação aos preços de mercado.
- III. A “repactuação” visa atualizar o valor do contrato em virtude do aumento dos custos de produção de seu objeto, decorrente de processo inflacionário

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Somente a alternativa I está correta.
- b) Somente a alternativa II está correta.
- c) Somente a alternativa III está correta.
- d) Nenhuma das alternativas está correta.

63. A legislação brasileira admite variadas espécies de contratos, por meio dos quais os órgãos ou entidades da Administração Pública celebram compromissos entre si ou com particulares para a consecução de objetivos de interesse público. O tipo de contrato estipulado no artigo 2º, inciso II, Lei nº 8.987/95, que tem por objeto a transferência de um serviço público a outrem, que demonstre capacidade para o seu desempenho, por sua conta em risco e por prazo determinado é:

- a) Concessão de serviço público.
- b) Contrato de prestação de serviço.
- c) Concessão administrativa.
- d) Contrato de fornecimento.

64. As cláusulas exorbitantes asseguram ao poder público a prerrogativa de modificar os contratos administrativos, mediante a justificativa desta necessidade. A Lei nº 8.666/99, em seu artigo 65, relaciona as circunstâncias em que a Administração Pública pode alternar unilateralmente os contratos, dentre as quais deve ser considerada somente:

- a) Quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como o modo de fornecimento, em face de verificação técnica de inaplicabilidade dos termos contratuais obrigatórios.
- b) Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos.
- c) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação de pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou a execução de obra ou serviço.
- d) Quando conveniente a substituição da garantia de execução.

65. A Lei 8.666/93 permite à Administração Pública estabelecer a exigência de garantia nas contratações de obras, serviços e compras, como uma medida preventiva para evitar eventuais prejuízos ao patrimônio público. São modalidades de garantia previstas na referida lei, **EXCETO**:

- a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública.
- b) Seguro-garantia.
- c) Reserva de contingência.
- d) Fiança bancária.

66. Na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) o Plano Plurianual (PPA) deixou de ser considerado como uma previsão legal pelo fato do artigo 3º da referida lei ter sido vetado pelo Presidente da República. Constituem-se em razões para este veto na LRF, **EXCETO**:

- a) O reduzido período para a elaboração do PPA, por parte do Poder Executivo, como também para a sua apreciação pelo Poder Legislativo, inviabilizando o aperfeiçoamento metodológico e a seleção criteriosa de programas e ações prioritárias de governo.
- b) A contrariedade ao interesse público pelo fato do projeto de lei do plano plurianual de cada ente precisar ser devolvido para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa.
- c) A fixação de mesma data para que a União, os Estados e os Municípios encaminhem ao Poder Legislativo o referido projeto de lei complementar, desconsiderando a complexidade, as peculiaridades e as necessidades de cada ente da Federação.
- d) A colisão entre os prazos de apresentação do Anexo de Política Fiscal do PPA e do Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), ocasionando prejuízo aos objetivos da Lei Complementar.

67. Sobre a renúncia de receita prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue as assertivas a seguir:

- I. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício decorrente da renúncia de receita deve estar prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias e acompanhada de medidas de compensação no exercício de sua vigência e nos dois seguintes.
- II. A alteração da alíquota do imposto sobre importação de produtos estrangeiros, realizada pela União, não pode ser considerada uma renúncia de receita.
- III. O cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança é considerado uma renúncia de receita.

A alternativa **CORRETA** é:

- a) As alternativas I e II estão corretas.
- b) As alternativas II e III estão corretas.
- c) Somente a alternativa I está correta.
- d) Somente a alternativa II está correta.

68. As transgressões à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) cometidas pelos agentes públicos podem acarretar em responsabilização a ser tratada por meio dos mecanismos de improbidade administrativa. Sobre as penalidades aplicadas nas situações que causem prejuízos ao erário, é **INCORRETO** considerar:

- a) Perda da função pública.
- b) Ressarcimento integral do dano.
- c) Suspensão dos direitos políticos por período de oito a dez anos.
- d) Perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio.

69. O Tribunal de Contas da União (TCU) é um órgão de controle responsável pela fiscalização dos recursos públicos, possuindo competências exclusivas que lhe foram atribuídas pela Constituição Federal de 1988. A função exercida pelo TCU, que corresponde à elaboração de pareceres prévios e individualizados, de caráter essencialmente técnico, acerca das contas prestadas, anualmente, a fim de subsidiar o julgamento a cargo do Congresso Nacional é denominada:

- a) Função judicante.
- b) Função consultiva.
- c) Função corretiva.
- d) Função informativa.

70. A Tomada de Contas Especial (TCE) é um processo administrativo formalizado, de caráter extraordinário, que deverá ser instaurado quando esgotadas as providências administrativas internas para a reparação do dano. No âmbito do Tribunal de Contas da União (TCU), a tomada de contas especial admite a possibilidade de interposição de recursos da decisão proferida quando se comprovar erro de cálculo nas contas; falsidade ou insuficiência de documentos na fundamentação da decisão e superveniência de documentos novos com eficácia sobre a prova produzida, os quais se constituem em objetos do tipo de recurso denominado:

- a) Recurso de reconsideração.
- b) Embargos de decisão.
- c) Recurso de revisão.
- d) Pedido de reexame.